



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM TEMPOS NEOLIBERAIS: ENTRE A MERCANTILIZAÇÃO E A BUSCA POR UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA

DOI: 10.56579/eduinterpe.v2i1.3518

Emillyn Rilla Alves dos Santos¹; Esther Marciano Barbosa²; Graziele Santos Ribeiro³; Gersileide Paulino de Aguiar Vilela⁴; Dulce Batista Chaves Buzeli⁵; Luciana Cândida Duarte⁶

¹ Mestranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: emillynrilla17@gmail.com

² Mestranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: esthermarcianob2@gmail.com

³ Mestranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: grazielesantosribeiro7@gmail.com

⁴ Doutoranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: gepedagoga@gmail.com

⁵ Doutoranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: dulcebuzeli@hotmail.com

⁶ Doutoranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: proflumaternal@gmail.com

RESUMO: Este trabalho possui como objetivo discutir a formação de professores em um contexto marcado pelo avanço das políticas neoliberais e da consequente mercantilização da educação, processo que tem se intensificado nas últimas décadas no cenário nacional. Esse movimento pode ser notado de forma concreta por meio dos documentos e diretrizes oficiais publicados recentemente, como a Base Nacional Comum Curricular de 2017, a Resolução CNE/CP n.º 02/2019 (Brasil, 2019) e o Parecer CNE/CP n.º 04/2024 (Brasil, 2024), produzindo tensões, questionamentos e contestações. Observa-se que essas normativas contribuem de maneira explícita para reforçar a concepção de formação ancorada aos princípios cernes do neoliberalismo, como a meritocracia, a responsabilização individual e a eficiência. Nesse contexto, a formação e o trabalho docente são reduzidos a uma mera prática instrumental e de treinamento, visando atender às novas demandas, tendo por objetivo fazer com que os estudantes incorporem habilidades e competências para serem úteis ao mercado. Isso promove a redução e até mesmo a eliminação da dimensão crítica, política e social que se defende da formação docente. Diante disso, o trabalho problematiza os limites e empecilhos que são impostos pela lógica neoliberal a uma formação docente que esteja comprometida com a inclusão e a equidade social. Assim, questiona-se: como é possível pensar em uma educação crítica, emancipadora, socialmente comprometida com a inclusão e a diversidade diante de um contexto marcado por tensões, contradições e padronização dos sujeitos? Para encontrar caminhos que auxiliem a refletir sobre essa questão, teve-se apoio, metodologicamente, na pesquisa bibliográfica e documental, visando uma análise qualitativa, fundamentada no materialismo histórico-dialético. Além disso, buscou-se os conceitos e discussões promovidas por autores-chave que permitem pensar na formação docente inserida no projeto neoliberal, como Gramsci (2017), Gatti (2010) e Kuenzer (2024). Os



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

resultados indicam que, embora o neoliberalismo seja um projeto amplo e não que afeta apenas a educação ou a formação de professores, é possível identificar caminhos contra-hegemônicos no interior desse contexto. Interiorizando os princípios da totalidade, contradição e mediação, destacam-se o compromisso com a inclusão e com a diversidade, como componentes que devem permear o processo formativo e o trabalho em sala de aula. Ademais, é preciso que a dimensão política seja valorizada, no sentido de ter a práxis como princípio fundamental da atuação docente. Dessa maneira, é possível que a formação de professores seja constituída enquanto espaço de resistência e de reflexão crítica. Para tanto, é preciso que seja orientada por uma perspectiva que considere as condições concretas, materiais e históricas da realidade, no enfrentamento das desigualdades estruturais do país e na defesa permanente de uma educação que seja democrática e que seja socialmente e politicamente referenciada.

Palavras-chave: Formação de Professores; Neoliberalismo; Educação Crítica; Inclusão; Resistência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parecer CNE/CP n.º 4/2024, de 12 de março de 2024.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissional do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, de formação pedagógica para graduados não licenciados e de segunda licenciatura). Brasília: Ministério da Educação, 12 mar. 2024. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=256291-pcp004-24&category_slug=marco-2024&Itemid=30192. Acesso em: 08 jan. 2026.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n.º 2, de 20 de dezembro de 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília: Ministério da Educação, 20 dez. 2019. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 08 jan. 2026.

GATTI, Bernardete Angelina. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/R5VNX8SpKjNmKPxxp4QMt9M/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 jan. 2026.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Volume 3: Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política. 8. ed. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

KUENZER, Acacia Zeneida. Formação docente: novos ou velhos desafios? As diretrizes curriculares e a instituição ou institucionalização da precarização da formação. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 24, p. e17282, 2024. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/17282>. Acesso em: 8 jan. 2026.